

## O PRONAF NO NORDESTE: ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017

**César Nunes de Castro**

Especialista em políticas públicas na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

**Rogério Edivaldo Freitas**

Técnico de planejamento e pesquisa na Dirur/Ipea.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2677>

De acordo com o *Censo Agropecuário 2017*,<sup>1</sup> 3.897.408 estabelecimentos agropecuários no Brasil são enquadrados legalmente na categoria agricultura familiar (77% do total). No Nordeste, 1.838.846 estabelecimentos são classificados dessa mesma maneira (47% de todos os estabelecimentos familiares do Brasil). Segmento historicamente negligenciado pelas políticas públicas destinadas para o setor agropecuário, apenas em meados da década de 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Estado começa a atender a algumas demandas dos pequenos agricultores familiares, oferecendo suporte específico para geração de renda pelo segmento.

O objetivo deste trabalho é analisar a agricultura familiar no Nordeste, com base em um breve diagnóstico, e a presença do Pronaf na região. Para tanto, utilizaram-se análises exploratórias dos dados do censo agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados aferidos evidenciam grande número de estabelecimentos que criam animais e cultivam algum tipo de espécie vegetal, cabendo ao Pronaf um papel relevante em atividades com animais de médio porte, horticultura e extrativismo vegetal. Mapeou-se também clara disparidade entre a renda gerada pelos estabelecimentos familiares e não familiares. Nos primeiros, a maior parte da renda é proveniente das atividades agropecuárias de agricultores participantes do programa, ainda que sejam destacáveis também as receitas que foram provenientes de atividades não agropecuárias para os estabelecimentos familiares em 2017.

Outros elementos ou políticas públicas precisam ser aprimorados para potencializar os efeitos do programa na região. É o caso das políticas de infraestrutura, políticas efetivas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) nas localidades e melhorias no sistema de seguro agrícola. Há contingências que se tornam particularmente delicadas, como a relação dos produtores com os agentes financeiros e a tradicional exigência de garantias patrimoniais para os empréstimos, além da questão da base técnica/tecnológica. Também preocupante, processos migratórios têm reduzido a população rural de faixas etárias mais jovens presentes no campo, situação crítica para a longevidade das propriedades e também um limitante para o sucesso transformador almejado pelo Pronaf naquelas áreas, sendo igualmente relevante o atual recrudescimento da disputa pela água no Nordeste brasileiro.

1. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_resultados\\_definitivos.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf)>.